

O ESPAÇO DA LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXOS NA IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE DO ESTUDANTE SURDO

THE SPACE OF LIBRAS IN HIGHER EDUCATION: REFLECTIONS ON THE IDENTITY AND SUBJECTIVITY OF THE DEAF STUDENT

Ana Rosária Soares da Silva¹

Shirlane Maria Batista da Silva Miranda²

Dilmar Rodrigues da Silva Júnior³

Antonio Luiz Alencar Miranda⁴

Laurilene Cardoso da Silva Lopes⁵

Elizangela Fernandes Martins⁶

Maria Lúcia Aguiar Teixeira⁷

1 Doutora em Estudos Literários (Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Mestra em Letras (UEMA) Especialista em Libras / Educação Especial Inclusiva/ Psicologia da Educação (UEMA) ana.rosaria@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9784-9788> <http://lattes.cnpq.br/2499309103776954>

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí – UFPI/ <http://lattes.cnpq.br/0052291130015122> <https://orcid.org/0000-0001-6611-528X>

3 Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/UFPI. Mestre em Educação - PPGED/UFPI. dilmar.jrcxs93@outlook.com <https://orcid.org/0009-0005-9516-0238> <http://lattes.cnpq.br/2506251547104611>

4 Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Mestre em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). antoniomiranda@professor.uema.br <https://orcid.org/0000-0002-5752-0280>

5 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí-(UFPI). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí -(UFPI) lauralopessharel@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/8165003904604062> <https://orcid.org/0000.-0001-5136-6641>

6 Doutora em Educação UFPI. Mestre em Educação UFPI. elizangelafernandesmartins@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/0888691138460356> <https://orcid.org/0009-0007-3812-7751>

7 Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS; Mestrado em Ciências da Educação pelo Convênio IPLAC-UEMA; Mestre em Educação: formação de Professor pela Universidade Estadual do Ceará UECE. E-mail: marialuciaaguiart@gmail.com CV: <https://lattes.cnpq.br/0000-0001-5136-6641>

Resumo: Este artigo analisa o ingresso e a permanência de estudantes surdos no Ensino Superior brasileiro, discutindo a transição do paradigma clínico-terapêutico para o socioantropológico. A fundamentação teórica baseia-se em conceitos de identidade, subjetividade e alteridade, destacando a Libras como território ontológico e pilar da autonomia intelectual. A investigação enfatiza que a inclusão efetiva transcende a garantia legal de acesso e a presença física. Nesse cenário, o papel do Tradutor e Intérprete de Libras (TILSP) é examinado como função técnico-política essencial em zonas de fronteira pedagógica. Contudo, adverte-se contra a “inclusão excludente”, que ocorre quando a instituição terceiriza a acessibilidade ao intérprete sem promover uma cultura bilíngue institucional. Conclui-se que a presença do discente surdo instiga uma refundação do espaço acadêmico, transformando a universidade em campo de resistência e produção de saber a partir da experiência visual. A permanência com êxito depende de políticas atitudinais e pedagógicas que validem a diferença surda como riqueza epistemológica e promovam o protagonismo do estudante em sua trajetória científica.

Palavras-chave: Ensino Superior; Libras; Identidade Surda; Permanência Estudantil.

Abstract: This article analyzes the admission and retention of deaf students in Brazilian Higher Education, discussing the shift from a clinical-therapeutic paradigm to a socio-anthropological one. The theoretical framework is based on concepts of identity, subjectivity, and alterity, highlighting Libras not merely as an accessibility resource, but as an ontological territory and a pillar of intellectual autonomy. The study emphasizes that effective inclusion transcends legal access and physical presence. In this context, the role of the Sign Language Translator and Interpreter (TILSP) is examined as an essential technical-political function operating within pedagogical border zones. However, the paper warns against “exclusionary inclusion,” which occurs when institutions outsource accessibility to the interpreter without fostering an institutional bilingual culture. It concludes that the presence of deaf

cnpq.br/3075461166030136 Orcid. <https://orcid.org/0009-0000-4362-1024>

students prompts a refoundation of the academic space, transforming the university into a field of resistance and knowledge production based on visual experience. Successful retention depends on attitudinal and pedagogical policies that validate deaf difference as epistemological wealth and promote student agency in their scientific careers.

Keywords: Higher Education; Libras; Deaf Identity; Student Retention.

Introdução

O ingresso e a permanência do estudante surdo no Ensino Superior brasileiro representam um marco de conquistas políticas e sociais, consolidado, sobretudo, a partir da Lei de Libras (Lei nº 10.436/2002) e do Decreto nº 5.626/2005. Entretanto, a presença desse aluno na academia vai além do preenchimento de vagas; ela instiga uma revisão profunda sobre o espaço da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como mediadora de saberes. Segundo Skliar (2013), a inclusão não deve ser entendida apenas como a inserção física do sujeito em ambientes ouvintes, mas como a abertura para a alteridade, onde a diferença surda é reconhecida como uma experiência visual e política, e não como uma patologia a ser corrigida.

Nesse cenário, a universidade torna-se um território de tensões e negociações identitárias. Uma vez que, a identidade surda é multifacetada e se constrói no contato com os pares e com a língua de sinais. Ao adentrar o Ensino Superior, o discente surdo frequentemente se depara com um ambiente estruturado sob a lógica “ouvintista”, o que impacta diretamente sua subjetividade. Assim, a subjetividade do discente envolve a configuração de sentidos subjetivos que o estudante atribui às suas experiências acadêmicas, as quais são atravessadas pela presença (ou ausência) de intérpretes qualificados, materiais acessíveis e uma postura institucional que valide sua singularidade linguística.

Portanto, discutir os reflexos da Libras no Ensino Superior exige investigar como a garantia de um espaço linguístico pleno contribui para que o aluno não apenas acesse o conteúdo curricular,

mas se constitua como sujeito crítico e autônomo. Como aponta Lodi (2014), o letramento e a produção de sentidos no Ensino Superior são processos complexos que demandam uma prática bilíngue efetiva. Sem o devido espaço para a Libras, o discente corre o risco de viver uma “inclusão excludente”, onde sua identidade é fragmentada e sua subjetividade silenciada pela barreira comunicacional.

Este artigo propõe, assim, analisar como a presença efetiva da Libras e o suporte institucional adequado atuam como dispositivos de fortalecimento da identidade e da subjetividade do aluno surdo, transformando a universidade em um espaço de real pluralidade e produção de conhecimento.

A LIBRAS COMO LÍNGUA DE IDENTIDADE E CULTURA

A identidade surda não se define pela falta da audição, mas pela presença de uma língua visual-espacial e de uma cultura própria. Para autores como Gladis Perlin (2016), a identidade surda é construída no contato com outros pares surdos e mediada pela Libras, que permite ao sujeito significar o mundo.

No contexto acadêmico, a Libras deixa de ser apenas um “recurso de acessibilidade” e passa a ser o pilar da autonomia intelectual. Karin Strobel (2018) enfatiza que:

o reconhecimento da Libras como língua de instrução e interação é o que possibilita ao acadêmico surdo transitar da condição de “sujeito da deficiência” para a de “sujeito da diferença”. Sem a língua, o estudante permanece em um isolamento cognitivo e social, mesmo estando fisicamente presente na sala de aula (Strobel, 2018, p. 84).

Desse modo, o estudo da Língua Brasileira de Sinais (Libras) sob a ótica da identidade e da cultura exige um deslocamento do paradigma clínico-terapêutico — que foca na correção da audição — para um paradigma socioantropológico. Nesse sentido, a língua não é um acessório, mas o elemento constituinte da subjetividade do sujeito surdo. Como afirma a pesquisadora surda Karin Strobel (2018), a identidade surda é moldada por uma “experiência visual”, uma forma específica de estar no

mundo que prescinde do som para significar a realidade.

A construção identitária do sujeito surdo está diretamente ligada à aquisição da Libras. Diferente do ouvinte, que imerge na língua oral de forma orgânica no núcleo familiar, a maioria dos surdos nasce em famílias ouvintes (cerca de 95%), o que frequentemente resulta em um “jejum linguístico” inicial. O encontro com a Libras, portanto, é frequentemente descrito na literatura acadêmica como um “renascimento”. Visto que, para Gladis Perlin (2016), a identidade surda é uma “identidade em trânsito”, que se consolida no contato com o outro par surdo.

É, portanto, por meio da Libras que o discente surdo deixa de se perceber como alguém que “não ouve” (perspectiva da falta) para se entender como alguém que “vê e sinaliza” (perspectiva da presença). Perlin (2016), argumenta que a Libras funciona como um espelho: ao sinalizar, o surdo reconhece a si mesmo e ao seu grupo social, estabelecendo fronteiras de alteridade em relação ao mundo ouvinte. O que perpassa pela cultura surda, que por sua vez, é o conjunto de produções materiais e imateriais que emergem do uso da Libras.

Conforme aponta Quadros (2019), a cultura surda abrange desde a literatura surda (sinalizada), as artes visuais, até as normas de etiqueta social específicas (como o toque no ombro para chamar a atenção ou o contato visual ininterrupto). Ronice Müller de Quadros (2019) enfatiza que:

A Libras é o veículo que transporta essa herança cultural. Sem a língua, a cultura se dissipa; sem a cultura, a língua torna-se apenas um código mecânico. No contexto da Educação Superior, essa dimensão cultural é frequentemente negligenciada. As instituições tendem a focar na “tradução” do conteúdo, ignorando que o estudante surdo traz consigo uma epistemologia visual (Quadros, 2019, p. 64).

Nesse sentido, é importante, reconhecer que o surdo não processa a informação da mesma forma que um ouvinte “traduzido”. Há uma estrutura de pensamento que é própria da modalidade espaço-visual da Libras. Conforme aponta Lacerda (2020), o bilinguismo nas universidades deve ser entendido como o direito de produzir conhecimento “na e a partir” da Libras, valorizando a identidade acadêmica surda como uma identidade de prestígio intelectual.

Historicamente, as línguas de sinais foram proibidas e marginalizadas (como no Congresso de Milão em 1880), sob o pretexto de que o oralismo integraria melhor o surdo à sociedade. No entanto, o que se viu foi a fragmentação da identidade e o atraso cognitivo. Autores contemporâneos como César e Rezende (2021) discutem que a manutenção da Libras no ensino superior é uma forma de resistência ao “audismo” — o preconceito que assume a superioridade da fala sobre o sinal. Quando a universidade valida a Libras como língua de ciência, ela está, simultaneamente, validando a humanidade e a capacidade plena do sujeito surdo.

Nessa mesma arena de debate, González (2003), enfatiza que a identidade surda não é estática; ela se reafirma a cada vez que o acadêmico surdo utiliza sua língua natural para teorizar, criticar e transformar o meio em que está inserido. Este autor, ainda acrescenta que:

A Libras não é meramente um meio de transporte para informações pedagógicas, mas o território onde o surdo habita. A identidade surda é, uma identidade linguística. Negar a centralidade da Libras ou tratá-la como um recurso especial é o mesmo que negar ao sujeito o direito de existir plenamente (González, 2003, p. 38).

Diante disso, para que a educação superior seja verdadeiramente inclusiva, ela deve transitar do modelo de integração do aluno para o modelo de acolhimento da diferença, onde a cultura surda seja vista como uma das múltiplas formas legítimas de produção de saber da humanidade.

Se a Libras é o território onde o sujeito surdo habita, a permanência no Ensino Superior depende diretamente da acessibilidade desse solo. Contudo, entre o reconhecimento da identidade linguística e a prática acadêmica cotidiana, erguem-se barreiras que desafiam a continuidade desses estudantes. É nesse cenário, marcado pela urgência de políticas de permanência, que a figura do Intérprete de Libras se torna central, atuando não apenas como tradutor, mas como o agente viabilizador do direito de existir e aprender plenamente na universidade.

DESAFIOS DA PERMANÊNCIA E O PAPEL DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR

Nos argumentos de Kelman (2022), o ingresso de surdos nas universidades aumentou significativamente, porém a permanência com qualidade ainda enfrenta barreiras estruturais. A presença do Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa (TILSP) é garantida por lei, mas sua atuação vai além da tradução literal.

Para Lacerda e Santos (2020), o intérprete atua como uma ponte comunicativa que viabiliza a participação do surdo em debates, seminários e pesquisas. Entretanto, a afirmação identitária ocorre quando a instituição promove o Bilinguismo, onde a Libras tem o mesmo status de prestígio que o Português. Lacerda e Santos (2020), apontam que:

Quando o surdo depende exclusivamente de um intérprete sem que haja uma cultura institucional de acolhimento linguístico, a identidade pode ser fragilizada pela sensação de “dependência externa” em vez de “protagonismo acadêmico” (Lacerda; Santos, 2020, p. 24).

Essa citação resume um dos maiores impasses éticos e pedagógicos da inclusão no Ensino Superior. Quando a universidade acredita que resolver o problema do aluno surdo resume-se apenas a colocar um intérprete em sala, ela pratica uma inclusão técnica, mas não uma inclusão subjetiva. Se apenas o intérprete se comunica com o surdo, o ambiente acadêmico (colegas, professores e funcionários) continua sendo um “deserto linguístico”. Isso isola o aluno em uma bolha, onde ele não habita a instituição, mas sim a relação restrita com o profissional intérprete.

Outrossim, o protagonismo acadêmico pressupõe que o estudante tenha autonomia para circular pelos espaços de saber: bibliotecas, grupos de pesquisa, debates de corredor e orientações. Sem uma cultura institucional (onde professores saibam o básico de como lidar com a diferença ou onde haja sinalização e fluxos pensados para surdos), o aluno sente que sua existência acadêmica está “pendurada” na disponibilidade e na voz de outra pessoa. Isso gera uma sensação de passividade. O surdo deixa de ser o autor de sua trajetória para ser um “espectador assistido”.

Com base em Perlin (2016),

a identidade surda é linguística. Se a língua de sinais é tratada apenas como um “recurso de acessibilidade” (como uma rampa ou um elevador) e não como uma língua viva que circula na instituição, o surdo sente que sua cultura é tolerada, mas não valorizada (Perlin, 2016, p. 45).

Perlin alerta que, sem políticas de acolhimento que envolvam toda a comunidade acadêmica, o intérprete acaba se tornando uma “muleta” imposta por um sistema falho, em vez de ser uma ferramenta de libertação. O objetivo da educação deve ser a autonomia do sujeito, e esta, só ocorre quando a instituição também fala (ou entende) a língua do aluno. Portanto, a autonomia defendida por Perlin depende de uma estrutura que vá além da matrícula. Sob essa ótica, percebe-se que a problemática central deslocou-se do “acesso” para a “permanência”.

Nesse cenário, o Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa (TILSP) emerge como uma figura central, cujas funções transcendem a mera transcodificação linguística. Sob esse entendimento, é importante citar Martins e Albres (2021), analisando que:

No ambiente universitário, a tradução e interpretação de sinais envolvem uma densidade terminológica e conceitual que exige do profissional não apenas fluência linguística, mas um preparo técnico-epistemológico constante. O intérprete no ensino superior atua em um território de “zona de fronteira”, onde a construção de sentidos é compartilhada entre professor, intérprete e aluno surdo (Martins; Albres, 2021, p. 89).

Dada essa constatação, a atuação do TILSP é frequentemente atravessada pelo desafio da falta de sinais-termo específicos para áreas técnicas (como engenharia, biologia ou filosofia). Nesses casos, o intérprete e o estudante surdo tornam-se coautores de novos sinais, um processo que Martins e Albres (2021) descrevem como parte da vitalidade linguística da Libras dentro da academia. No entanto, o rigor acadêmico exige cautela: a interpretação não pode ser uma redução do conteúdo; ela deve manter o nível de abstração exigido pela disciplina, sob o risco de infantilizar o estudante ou

esvaziar o conhecimento científico.

Conquanto, os desafios da permanência residem na percepção equivocada de que a inclusão do surdo se esgota na contratação do intérprete. Essa terceirização da acessibilidade desonera o corpo docente e a instituição de sua responsabilidade pedagógica. Segundo reflexões de Quadros (2019), o intérprete não substitui o professor. Quando a comunicação ocorre exclusivamente via intérprete, sem que o professor estabeleça um canal direto de interação com o surdo, cria-se uma barreira invisível que compromete o pertencimento do acadêmico.

A solidão acadêmica do estudante surdo é um fator determinante na evasão. Se o TILSP é o único interlocutor disponível, o surdo é excluído das interações espontâneas, dos debates de corredor e das redes de pesquisa informais que compõem a vida universitária. Kelman et al. (2022) advertem que:

a permanência do discente surdo na academia com êxito depende de um ambiente institucional que reconheça a Libras não como uma concessão, mas como língua de instrução legítima, promovendo políticas de ensino de Libras para ouvintes e incentivo à produção científica em sinalização ((Kelman et al., 2022, p. 11).

É imperativo discutir o papel ético e político do intérprete. Ele não é um sujeito neutro; sua presença altera a dinâmica de poder na sala de aula. A mediação do TILSP pode tanto empoderar o estudante surdo, garantindo que sua voz seja ouvida nos debates, quanto silenciá-lo, caso o profissional adote uma postura excessivamente assistencialista. No contexto das políticas de permanência de estudantes surdos no ensino superior, o sucesso acadêmico é indissociável de sua autonomia. Para tanto, é imprescindível que o intérprete se posicione como um profissional técnico e ético, cuja mediação linguística seja o canal para que o conhecimento flua de maneira independente e eficaz.

Conforme ressalta Strobel (2018), a verdadeira inclusão ocorre quando a universidade deixa de focar apenas no provimento de recursos e passa a focar na quebra de barreiras atitudinais. A permanência, exige, portanto, currículos flexíveis, metodologias visuais e uma mudança na cultura

avaliativa que respeite a singularidade da língua de sinais. Os desafios enfrentados pelo sujeito surdo no Ensino Superior são multifacetados e não podem ser resolvidos apenas com a presença do intérprete, embora ele seja indispensável. A permanência eficaz requer uma rede de apoio que envolva a formação continuada de docentes, a produção de materiais didáticos bilíngues e, fundamentalmente, o reconhecimento do estudante surdo como um produtor de conhecimento. O papel do intérprete é ser o elo linguístico que viabiliza essa trajetória, mas o destino final — a diplomação e a afirmação profissional — depende de uma universidade que se deixe transformar pela presença da diferença.

A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE PROTAGONISMO E ALTERIDADE

A educação superior deve ser o local onde o sujeito surdo consolida sua identidade profissional e política. Ronice Müller de Quadros (2019) discute que o contato com o conhecimento científico mediado pela Libras permite que o estudante surdo desenvolva novos sinais-termo e contribua para a expansão da própria língua.

A afirmação identitária no ensino superior acontece plenamente quando o surdo se vê representado no currículo e nas práticas pedagógicas; quando existe a convivência com outros estudantes e professores surdos, fortalecendo a comunidade acadêmica; e quando a instituição reconhece a singularidade linguística como uma riqueza epistemológica, e não como um custo ou encargo. Ao ocupar esses espaços, o estudante surdo subverte a lógica da normalização e reitera sua competência, transformando a universidade em um campo de resistência e afirmação da alteridade.

Kelman et al., 2022), ressalta que a universidade contemporânea, historicamente constituída como um espaço de reprodução de saberes hegemônicos e logocêntricos, enfrenta hoje o desafio de se reconfigurar diante da presença de corpos e línguas que rompem com a pretensa universalidade do ouvinte.

O ingresso do estudante surdo no ensino superior não representa apenas uma conquista de direitos civis, mas uma oportunidade de refundação do espaço

acadêmico sob a égide da alteridade e do empoderamento. Nesse contexto, a universidade deixa de ser meramente um local de instrução técnica para tornar-se um território de resistência política e afirmação identitária (Kelman et al., 2022, p. 14),

Sob essa análise, o ingresso do estudante urdo na universidade não é passivo; é um ato de protagonismo. Ele não está ali apenas para receber conteúdo, mas para assumir seu lugar como produtor de conhecimento. Isso desafia a visão assistencialista (onde o surdo é visto como alguém que precisa de ajuda) e a substitui por uma visão de autonomia e protagonismo. Não obstante, o conceito de alteridade, no contexto da educação de surdos, pressupõe o reconhecimento do “Outro” não como um ser faltante ou incapacitado, mas como um sujeito “dono” de uma diferença linguística e cultural legítima.

Conforme discute Karin Strobel (2018), a alteridade nas instituições de ensino superior exige que a comunidade acadêmica abandone a visão clínica da surdez e passe a compreender a experiência visual como uma forma potente de produção de conhecimento. Dessa maneira, a universidade, torna-se um espaço de alteridade quando permite que a Libras transite com o mesmo status de prestígio que a língua portuguesa. Isso implica que o surdo não deve apenas receber o conteúdo traduzido, mas deve ter as condições necessárias para produzir ciência, filosofia, linguagem, arte em sua própria língua. Nesse sentido, Perlin (2016), afirma que:

É no encontro com a diferença que o sujeito surdo se fortalece, pois a universidade oferece o suporte intelectual para que ele possa nomear suas experiências de opressão e transformá-las em categorias de análise crítica (Perlin, 2016, p. 66).

A citação de Perlin sintetiza a dimensão epistemológica da inclusão. Ele sugere que a universidade cumpre um papel que vai muito além da diplomação: ela fornece o instrumental teórico necessário para a consciência de classe e de identidade. O protagonismo do estudante surdo no ensino superior, mediante os argumentos de Perlin, não se trata apenas de ocupar uma cadeira em sala de

aula, mas de ocupar espaços de decisão, pesquisa e extensão. Segundo Quadros (2019), isso ocorre quando o surdo deixa de ser o objeto de estudo das ciências da saúde para tornar-se o sujeito da pesquisa nas ciências humanas e exatas.

O rigor acadêmico, com efeito, possibilita que o estudante surdo desenvolva o que muitos autores chamam de “consciência linguística e política”. Ao se deparar com teorias que discutem direitos humanos, políticas linguísticas e diversidade, o acadêmico surdo encontra ferramentas para desconstruir o “audismo” (preconceito contra surdos) institucionalizado. De acordo com Kelman et al. (2022):

Esse processo de protagonismo reflete-se na criação de diretórios acadêmicos de estudantes surdos, na organização de eventos científicos bilíngues e na pressão por políticas de permanência que considerem a singularidade da cultura surda (Kelman et al., 2022, p. 15).

Assim, a presença do estudante surdo na esfera do ensino superior, tensiona as fronteiras do saber universitário. A academia é desafiada a produzir o que Lacerda e Santos (2020) denominam de “pedagogia da visualidade”. Isso envolve a revisão de metodologias de ensino que são, em sua maioria, baseadas na oralidade e na audição. Quando a universidade se abre para a alteridade, ela beneficia não apenas o surdo, mas toda a comunidade acadêmica, que passa a ter contato com novas formas de processamento cognitivo e novas perspectivas sobre a linguagem humana.

A reflexão sobre a universidade como espaço de protagonismo também passa pela representatividade. A existência de professores surdos no quadro docente das universidades é um fator determinante para a afirmação identitária dos alunos. O mestre ou doutor surdo atua como um espelho de possibilidade, rompendo com o estigma de que o surdo está restrito a funções operacionais ou de subordinação. Assim, a alteridade deixa de ser um conceito abstrato e torna-se uma prática pedagógica concreta de valorização da vida surda.

Em última análise, o protagonismo e a alteridade são processos indissociáveis na trajetória do estudante surdo no ensino superior. A universidade só cumpre sua função social quando se transforma em um espaço verdadeiramente democrático, onde a pluralidade linguística é vista como uma

riqueza e não como um obstáculo. O desafio futuro reside em transpor a barreira da integração burocrática para alcançar uma inclusão efetiva, onde o sujeito surdo não apenas habite a universidade, mas a transforme profundamente com sua voz sinalizada e sua cultura visual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do ingresso e da permanência do estudante surdo no Ensino Superior revela que a inclusão não se esgota na garantia legal do acesso ou na presença física do discente em sala de aula. Ao longo desta reflexão, evidenciou-se que a Libras não é um mero recurso de acessibilidade, mas o território ontológico e epistemológico onde o sujeito surdo habita e produz conhecimento. A transição do paradigma clínico-terapêutico para o socioantropológico permite compreender que o sucesso acadêmico desse estudante está intrinsecamente vinculado à validação de sua singularidade linguística e cultural.

Nesse contexto, a figura do Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa (TILSP) assume um papel que transcende a técnica. Como discutido, o intérprete atua em uma zona de fronteira, sendo o elo que viabiliza a autonomia, desde que sua presença não seja utilizada pela instituição como uma forma de “terceirizar” a inclusão. Para que a autonomia defendida por Perlin e Strobel se concretize, é imperativo que a universidade abandone o modelo de “inclusão excludente” e avance para uma cultura institucional bilíngue, que desonere o intérprete da função de único interlocutor e promova o protagonismo direto do aluno.

Conclui-se que a presença do estudante surdo atua como um dispositivo de refundação do espaço acadêmico. Ao tensionar a lógica ouvintista e logocêntrica da universidade, o sujeito surdo não apenas conquista direitos, mas oferece à academia a oportunidade de exercer a alteridade em sua plenitude. A transformação das vivências de opressão em categorias de análise crítica, mediada pelo suporte intelectual do Ensino Superior, converte a universidade em um campo de resistência política e afirmação identitária.

Por fim, os desafios da permanência e do êxito acadêmico exigem que a instituição se reconheça como um espaço de pluralidade, onde a experiência visual e a sinalização sejam tratadas como potências de saber. O futuro da inclusão no Ensino Superior depende, portanto, de uma mudança atitudinal e estrutural que assegure ao acadêmico surdo o direito de não apenas habitar a universidade, mas de transformá-la por meio de sua voz sinalizada e de sua ciência visual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

CÉSAR, A. L. S.; REZENDE, P. L. F. Educação de Surdos e Política Linguística: os caminhos da Libras no Ensino Superior. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2021.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

KELMAN, C. A. et al. Surdos no Ensino Superior: trajetórias, permanências e êxitos. Brasília: Editora UnB, 2022.

LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de língua de sinais no contexto educacional. In: LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos (org.). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. 2. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2020.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos: uma questão de direitos humanos. Psicologia USP, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 579-603, 2011.

MARTINS, V. R. O.; ALBRES, N. A. Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais: pesquisa e formação. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021

PERLIN, G. O lugar da cultura surda. In: THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (org.). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016.

QUADROS, R. M. de. O tradutor e intérprete de língua de sinais. In: QUADROS, R. M. de. Libras. São Paulo: Parábola, 2019.

SKLIAR, Carlos. A inclusão que se faz de exclusão e de silêncio. In: _____. Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a diferença. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2018.